

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 2.769, DE 2023

Dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de incentivo e manutenção do carnaval brasileiro e a criação da contribuição sobre a comercialização de bebidas alcoólicas para financiar o Fundo Nacional de incentivo e manutenção do carnaval brasileiro.

Autores: Deputados WASHINGTON
QUAQUÁ E RICARDO ABRÃO

Relator: Deputado ALFREDINHO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.769, de 2023, dos Senhores Deputados Washington Quaqué e Ricardo Abrão, dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de incentivo e manutenção do carnaval brasileiro e a criação da contribuição sobre a comercialização de bebidas alcoólicas para financiar o Fundo Nacional de incentivo e manutenção do carnaval brasileiro.

A proposição foi distribuída às Comissões de Cultura (CCult), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

A matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, conforme o art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) e o regime de tramitação é ordinário, nos termos do art. 151, III, do RICD.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.



II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 2.769, de 2023, dos Senhores Deputados Washington Quaquá e Rivardo Abrão, dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de incentivo e manutenção do carnaval brasileiro e a criação da contribuição sobre a comercialização de bebidas alcoólicas para financiar o Fundo Nacional de incentivo e manutenção do carnaval brasileiro. Estabelece percentuais de 0,5% ou 1% sobre bebidas alcoólicas para prover o fundo que se deseja criar de recursos, destinados em 70% (setenta por cento) para as escolas de samba, 20% (vinte por cento) para blocos independentes e 10% (dez por cento) para demais manifestações culturais do carnaval brasileiro.

A iniciativa dos autores da proposição é de grande relevância. No entanto, é necessário, no mérito cultural, de ajuste para que sejam destinados recursos aos trabalhadores do Carnaval e à memória e história dessa manifestação cultural. Por essa razão, apresentamos Substitutivo com modificações nesse sentido.

Por essas razões, nosso voto é pela APROVAÇÃO ao Projeto de Lei nº 2.769, de 2023, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado ALFREDINHO
Relator

2024-11751



COMISSÃO DE CULTURA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.769, DE 2023

Dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Incentivo e Manutenção do Carnaval Brasileiro (FunCarnaval) e a criação da Contribuição sobre a Comercialização de Bebidas Alcoólicas para financiar o FunCarnaval.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Fundo Nacional de Incentivo e Manutenção do Carnaval Brasileiro (FunCarnaval) destina-se à promoção das manifestações carnavalescas e à cadeia produtiva a elas vinculada, devendo ser gerido pela autoridade competente do Poder Executivo.

Art. 2º Os recursos destinados ao FunCarnaval serão oriundos de contribuição compulsória sobre a comercialização de bebidas alcoólicas em todo território nacional.

Art. 3º A contribuição será recolhida compulsoriamente na emissão da nota fiscal, observando as seguintes proporções:

I - 0,5 % sobre a venda de cervejas de fabricação nacional;

II - 0,5 % sobre a venda de cachaça, aguardentes, conhaques e bebidas destiladas de fabricação nacional;

III - 0,5% sobre a venda de vinhos, licores, espumantes e champanhe de fabricação nacional;

IV - 0,5% sobre a venda demais bebidas alcoólicas de fabricação nacional;

V - 1,0% sobre a venda de bebidas alcoólicas de qualquer natureza seja importada.



Parágrafo único. Ficam isentas da contribuição para o FunCarnaval as empresas de natureza artesanal de bebidas alcoólicas, definidas nos termos do regulamento.

Art. 4º Os recursos recolhidos pelo FunCarnaval serão destinados da seguinte forma:

- I - sessenta por cento para as escolas de samba;
- II - vinte por cento para blocos carnavalescos independentes;
- III - dez por cento para demais manifestações culturais do Carnaval brasileiro;
- IV - sete por cento para a qualificação dos trabalhadores da cultura vinculados à cadeia produtiva da economia criativa do Carnaval;
- V - três por cento para a memória e a história das manifestações culturais carnavalescas brasileiras.

Art. 5º A gestão do FunCarnaval contará com a participação de representantes da cadeia produtiva da economia criativa do Carnaval, obrigatoriamente representantes das escolas de samba, de blocos independentes, de charangas e demais manifestações culturais carnavalescas em todo o território nacional, respeitadas a proporcionalidade e o equilíbrio na representação regional na gestão do Fundo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado ALFREDINHO
Relator

2024-11751

